



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 38, DE 2011

(Do Sr. Mendonça Filho)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - com o auxílio do Tribunal de Contas da União - fiscalize denúncias de má gestão de recursos no Ministério dos Transportes.

DESPACHO:

APENSE-SE À PFC 36/2011.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base nos arts. 32, XI, “b”, 60, inciso I e II, 61 e 100, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com os arts. 49, X, e 70 da Constituição Federal, propomos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – em face de denúncias de má gestão de recursos no Ministério dos Transportes, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia federal e a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias, uma empresa pública, ambas vinculadas ao Ministério dos Transportes, devendo ser fiscalizados, precipuamente:

- a) a veracidade das denúncias que apontaram irregularidades, especialmente o superfaturamento injustificado do custo de obras públicas;
- b) as medidas adotadas a fim de apurar as recentes denúncias de superfaturamento dos custos das obras do setor de transportes; bem como a aplicação de sanções aos responsáveis;
- c) os motivos da explosão dos valores dos empreendimentos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;
- d) as razões da elevação do orçamento de obras em ferrovias, que passou de R\$ 11,9 bilhões, em março de 2010, para R\$ 16,4 bilhões em julho de 2011;
- e) os motivos que levaram a VALEC a aumentar em R\$ 828 milhões um trecho de rodovia cujo custo havia sido estimado apenas seis meses antes;

- f) os critérios técnicos que levaram o DNIT a orçar um trecho da BR-116, entre Eldorado do Sul e Pelotas, em R\$ 1 bilhão;
- g) os critérios técnicos que justificaram a intenção do Ministério dos Transportes a aumentar em R\$ 10 bilhões os custos de obras inscritas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;
- h) todas as ações judiciais em que o DNIT e a VALEC tenham sido condenados judicialmente, no período de 2003 a 2011, a fim de averiguar eventual descaso no patrocínio judicial dos interesses dessas entidades;
- i) todos os processos licitatórios que o DNIT e a VALEC tenham firmado, no período de 2003 a 2011, acompanhado de respectivos contratos;
- j) a periodicidade das vistorias técnicas nas obras a cargo dessas entidades.

JUSTIFICATIVA

Os arts. 49, X, e 70 da Constituição Federal estabelecem o dever de fiscalização por parte do Congresso Nacional. Trata-se de atribuição constitucional, da qual esta Casa não pode abdicar.

Nessa linha, plenamente justificada é a tarefa de fiscalização ora proposta em face das inúmeras denúncias de superfaturamento e desvio de recursos supra listados e revelados pela imprensa brasileira ao longo de todo mês de julho e que resultaram, até a presente data, na exoneração de mais de 22 servidores do Ministério dos Transportes, DNIT e VALEC.

As notícias começaram com a reportagem da Revista Veja publicada no dia 02 de julho de 2011 em que noticiavam que pessoas ligadas ao PR, partido que comanda os Transportes, funcionários da pasta e órgãos vinculados ao ministério haveriam montado um esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por empreiteiras, bem como arrecadar dinheiro para o partido, e empresas de amigos e financiadores de campanha.

Entre os citados pela reportagem estão o chefe de gabinete do então Ministro Alfredo Nascimento, Mauro Barbosa, o assessor do ministério, Luiz Titto Bonvini, o diretor-geral do DNIT, Luiz Antonio Pagot, e o presidente da VALEC, José Francisco, o Juquinha, todos exonerados.

Tão endêmico é o esquema de corrupção que se tem notícia, que a própria Presidente da República ordenou que a CGU fizesse uma investigação com prazo máximo de conclusão até o dia 31 de agosto. O mesmo periódico afirma que a Chefe do Executivo e as Ministras Gleisi Hoffmann e Miriam Belchior teriam se reunido com integrantes da cúpula do Ministério dos Transportes no Palácio do Planalto para reclamar das irregularidades na pasta, bem como da lentidão na execução de obras e o aumento considerável de aditivos nos contratos.

A desorganização do Ministério é tamanha que auditoria prévia da CGU já tinha apontado inúmeras irregularidades, conforme se depreende do texto seguinte:

No mês de junho, a CGU deu início a uma varredura em obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e pela Valec nos últimos cinco anos. O resultado da investigação, concluída nesta quinta-feira, mostra uma série de fraudes. O texto aponta superfaturamento, sobrepreço, precariedade no estado de conservação de

equipamentos e até pagamento de salários a funcionários fantasmas. O orçamento total das obras apontadas na investigação é superior a 3 bilhões de reais.

A Ferrovia Norte-Sul, menina dos olhos da presidente Dilma, é a número um em fraudes na lista de obras sob responsabilidade da Valec. Há indícios de improbidades em pelo menos doze trechos da construção, que somam 2,6 bilhões de reais. No trecho de Ribeirão Tocão (TO) a Palmas (TO), por exemplo, a CGU detectou as seguintes fraudes: "Pagamento indevido por profissional ausente; não realização de retenção dos pagamentos efetuados pelo transporte de dormentes no valor de 15,4 milhões de reais; sobrepreço do orçamento-base; pagamento indevido de escavação, transporte e aterro", diz o relatório.

Rodovias - A CGU também encontrou irregularidades em sete rodovias federais: BR-101/PE; BR-030/BA; BR-156/AP; BR-101/ES; BR-040/MG; BR-050/MG e BR-262/ES. As obras somam mais de 550 milhões de reais. Foram detectadas ainda irregularidades em portos, como o Porto de Autazes e o Porto Fluvial de Nhamundá, ambos no Amazonas, base eleitoral do ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento. Os contratos do setor aquaviário com irregularidades somam 17 milhões de reais. O Dnit é o órgão responsável pela construção de portos.

"Das constatações apontadas resultam recomendações da CGU ao gestor, voltadas, em alguns casos, para a adoção de providências corretivas e, em outros, diretamente punitivas ou cautelares em defesa do patrimônio público", diz o relatório. Entre as punições, estão multas às empresas construtoras.

A controladoria instaurou 62 processos administrativos disciplinares com aplicação de pena de demissão; outros 150 estão em andamento no Mistério do Trabalho, 66 dos quais no Dnit. Outros dezoito estão em andamento na CGU. Todos envolvem a área dos transportes.¹

Desde o início de julho até a presente data CGU (Controladoria-Geral da União) instaurou mais quatro processos para apurar as denúncias no

¹ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cgu-encontra-festival-de-irregularidades-nos-transportes>

Ministério dos Transportes e em órgãos ligados à pasta. Ao todo, já se somam sete sindicâncias para investigar as irregularidades.

Igual procedimento está sendo realizado pela Polícia Federal, conforme notícia veiculada pelo jornal Estado de São Paulo, no dia 30 de julho de 2011, que afirma que a Polícia Federal conduz, atualmente, 80 inquéritos policiais sobre irregularidades no DNIT e na VALEC, em mais de 19 Estados.

Notícias de desvio de verba pública, bem como de aditivos fraudulentos nos contratos gerenciados pelo Ministério dos Transportes estampam as capas dos jornais diuturnamente, como se pode observar a amostra do seguinte trecho da matéria jornalística veiculada, no dia 5 de julho de 2011, na Folha de São Paulo:

“O Ministério dos Transportes aumentou neste ano os valores de pelo menos 11 contratos de obras em estradas e ferrovias que tiveram irregularidades apontadas pelo TCU (Tribunal Contas de União). Em dois casos, o órgão de controle recomendou a paralisação dos trabalhos.

A verba extra para as obras sob suspeita soma R\$ 113,5 milhões. O dinheiro foi destinado a empreiteiras e consultorias técnicas por meio de termos aditivos, que são acréscimos ao valor original dos contratos.

As obras pertencem ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e à Valec, estatal que cuida das ferrovias.

Os diretores dos dois órgãos foram afastados no sábado por determinação da presidente Dilma Rousseff.

Segundo reportagem da revista "Veja", o PR do ministro Alfredo Nascimento montou um esquema de cobrança de propina de empreiteiras nos dois órgãos. Dilma teria reclamado de descontrole na assinatura de aditivos.

A Lei de Licitações permite que o valor original dos contratos seja aumentado entre 25% ou 50% (exclusivamente para reformas) quando há, por exemplo, "fatos imprevisíveis" durante a obra.

No total, o ministério autorizou o aumento de R\$ 336,6 milhões em 46 contratos que sofreram aditivos este ano, segundo levantamento feito pela Folha.

O fato de o TCU ter encontrado irregularidades em 11 desses contratos não impede legalmente a pasta de aumentar o seu valor.

A situação mais crítica está na Valec. Dos 11 contratos com irregularidades, oito são tocados pela estatal.

No último dia 20 de junho, a empresa assinou quatro aditivos com a construtora Andrade Gutierrez, no valor total de R\$ 40,1 milhões, para a construção das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste.

Dois dos contratos (036/07 e 037/07), referentes à Norte-Sul, já tinham sido aditivados em R\$ 30,4 milhões em janeiro. Para o TCU, as obras deveriam estar paralisadas.

Esses contratos -os únicos que tiveram mais de um aditivo neste ano- foram incluídos pelo TCU na lista de obras com indícios de irregularidades graves, com recomendação de paralisação. Entre os problemas, o órgão aponta suposto superfaturamento de R\$ 120 milhões. Apesar da recomendação, o Congresso determinou que as obras tivessem continuidade, o que possibilitou a assinatura dos aditivos.

Outro contrato com a Andrade Gutierrez (016/06), referente a trecho de ferrovia em Goiás, foi incluído na "lista negra" do tribunal por subcontratações, mas sem necessidade de paralisação.

A equipe técnica do TCU chegou a recomendar a proibição de novos aditivos, mas o plenário do tribunal só obrigou a Valec a suspender as subcontratações.

No caso do Dnit, ao menos três contratos com valor aumentado este ano têm irregularidades, segundo o TCU.

Na BR-163, em Goiás, os auditores constataram que o Dnit não contratou ninguém para fiscalizar a obra, tocada pela construtora Egesa, sob suspeita de sobrepreço".

Em relação a Valec a situação não é diferente. O Tribunal de Contas da União já havia alertado ao poder público das ingerências dos dirigentes daquela empresa ao afirmar que *técnicos da 1ª seção de controle externo do TCU relatam descaso dos responsáveis pela Inventariança com roubos de parte do espólio da rede, como vagões, fios, trilhos e outras peças, ao passo que em 2009 recomendava que o dirigente fosse impedido de assumir cargos*

de confiança na administração pública por ter supostamente participado da "dilapidação" do patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

De todo o exposto, infere-se que as denúncias aqui apontadas são aptas o bastante para justificarem a formulação da presente proposta de fiscalização e controle, com vistas a avaliarmos a licitude e a eficiência dos atos praticados pelo Ministério dos Transportes, bem como pelo DNIT e pela Valec.

Sala da Comissão, em 03 de agosto de 2011.

DEPUTADO MENDONÇA FILHO
DEM/PE

FIM DO DOCUMENTO
